

Além das Palavras: Análise Linguística da Resenha Crítica “História da Resistência Indígena: 500 Anos de Luta”, de Benedito Prezia, Publicada no Jornal Porantim, sobre as Causas Indígenas

Ana Rúbia Delfin Ávila¹

Gabriela Piovesan Leitão Tibola²

RESUMO: A linguagem é a força motriz que sustenta a riqueza do contexto social e cultural, enriquecendo as narrativas, preservando identidades e construindo pontes de entendimento entre as diversas facetas da sociedade. Assim, este artigo propõe uma análise na linguagem empregada na resenha crítica da obra “História da resistência indígena: 500 anos de luta”, de Benedito Prezia, sobre as causas indígenas, evidenciando a capacidade de transcender a simples transmissão de informações. A escolha cuidadosa das palavras e o tom adotado não apenas enriquecem a compreensão do leitor sobre as complexidades das questões indígenas, mas também desempenham um papel vital na promoção da conscientização e no dismantelamento de estereótipos prejudiciais. A linguagem crítica estimula a reflexão e o diálogo construtivo, facilitando uma compreensão mais profunda das ricas tradições e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas. Nesse viés, a linguagem na resenha crítica emerge como uma ferramenta poderosa de transformação social, amplificando as vozes indígenas, estimulando a empatia e inspirando ações coletivas que visam à equidade em prol da justiça e do reconhecimento cultural.

Palavras-chave: análise linguística; resenha crítica; discurso de causa; povos indígenas.

RESUMEN: El lenguaje es la fuerza impulsora que sostiene la riqueza del contexto social y cultural, enriqueciendo las narrativas, preservando identidades y construyendo puentes de entendimiento entre las diversas facetas de la sociedad. Por lo tanto, este artículo propone un análisis del lenguaje empleado en la reseña crítica de la obra “História da resistência indígena: 500 anos de luta”, de Benedito Prezia, sobre las causas indígenas, evidenciando la capacidad de transcender la simple transmisión de información. La elección cuidadosa de las palabras y el tono adoptado no solo enriquecen la comprensión del lector sobre las complejidades de las cuestiones indígenas, sino que también desempeñan un papel vital en la promoción de la conciencia y en el dismantelamiento de estereotipos perjudiciales. El lenguaje crítico estimula la reflexión y el diálogo constructivo, facilitando una comprensión más profunda de las ricas tradiciones y desafíos enfrentados por las comunidades indígenas. En este sentido, el lenguaje en la reseña crítica emerge como una herramienta poderosa de transformación social, amplificando las voces indígenas, estimulando la empatía e inspirando acciones colectivas que buscan la equidad en pro de la justicia y el reconocimiento cultural.

Palabras clave: análisis lingüístico; reseña crítica; discurso de causa; pueblos indígenas

Introdução

A linguagem, em um contexto contemporâneo, desempenha um papel multifacetado e crucial em diversos âmbitos sociais, políticos e, especialmente, no jornalístico. Em um contexto social, ela serve como veículo de comunicação,

¹ Mestranda de Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) E-mail rubiadelfinavila@gmail.com

² Mestranda de Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) E-mail gabrielapiovesan90@gmail.com

possibilitando a troca de ideias, a expressão de sentimentos e a construção de identidades coletivas. No âmbito político, a linguagem é uma ferramenta poderosa para persuadir, mobilizar e negociar, influenciando a opinião pública e moldando discursos que orientam a tomada de decisões.

No entanto, é no cenário jornalístico que a linguagem assume um papel crucial, pois é por meio dela que a informação é transmitida, interpretada e, por vezes, contestada. A interseção entre linguagem, sociedade e política destaca a importância de uma abordagem crítica e reflexiva sobre como a linguagem é empregada em diferentes contextos, evidenciando sua capacidade de moldar e refletir as complexidades do campo social. Autores, como Mikhail Bakhtin, enfatizam como a linguagem é um fenômeno social e ideológico, influenciando a forma como os sujeitos se constroem e constroem o mundo (Bakhtin, 2016)

Nessa perspectiva, a resenha crítica, análise reflexiva que vai além da simples descrição e que proporciona uma interpretação perspicaz e opinativa sobre determinada temática, desempenha um papel fundamental no meio jornalístico, atuando como um instrumento analítico e reflexivo que vai além da mera apresentação de informações. No contexto do jornalismo, este gênero textual oferece uma valiosa oportunidade para uma análise mais profunda e contextualizada dos eventos, questões sociais e culturais. Ao invés de apenas relatar os fatos, a resenha crítica permite que se avalie, interprete e emita juízos sobre a relevância e o impacto desses eventos na sociedade. Além disso, a resenha crítica desafia a objetividade aparente do jornalismo, encorajando a exposição de diferentes perspectivas e o questionamento de narrativas preexistentes. Portanto, a resenha crítica não apenas enriquece a qualidade da informação oferecida ao público, mas também contribui para a formação de uma audiência mais crítica e participativa, incentivando a reflexão sobre as nuances por trás das notícias e promovendo um diálogo mais informado e esclarecedor.

Este artigo propõe uma análise aprofundada da linguagem utilizada na resenha crítica da obra “História da resistência indígena: 500 anos de luta”, de Benedito Preziosi, apresentada no jornal “Porantim”, dedicado à cobertura das causas indígenas, visando compreender como a escolha vocabular e os padrões linguísticos contribuem para a construção do discurso jornalístico sobre essa temática. O objetivo central é desvendar como a linguagem empregada pode influenciar a percepção pública, moldar narrativas

e, por conseguinte, impactar as discussões em torno dos direitos, desafios e contribuições das comunidades indígenas. Ao explorar as nuances linguísticas presentes nessa reportagem, este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas entre linguagem, representação midiática e a luta contínua por reconhecimento e justiça das populações indígenas.

A representação das causas indígenas na imprensa não apenas espelha a realidade social, mas também desempenha um papel ativo na construção de narrativas que moldam a percepção pública. As questões relacionadas aos direitos indígenas, preservação cultural e acesso a recursos naturais frequentemente enfrentam desafios complexos, sendo a mídia um mediador fundamental nesse processo. A escolha de determinadas palavras em reportagens jornalísticas sobre essas causas não só transmite informações, mas também carrega consigo a capacidade de influenciar atitudes, opiniões e políticas.

A análise linguística proposta neste estudo é motivada pela compreensão de que as palavras utilizadas em reportagens jornalísticas não são neutras; ao contrário, são carregadas de significados que podem reforçar estereótipos, restringir perspectivas ou, ao contrário, promover uma compreensão mais ampla e empática das questões indígenas. A linguagem é uma ferramenta poderosa na formação de identidades e na construção de discursos sociais, sendo crucial desvendar os matizes semânticos que permeiam as notícias sobre as comunidades indígenas.

O presente trabalho adotará uma abordagem metodológica baseada na análise de conteúdo, focando na análise linguística em reportagens específicas sobre causas indígenas. Serão considerados elementos como a escolha lexical, o tom empregado e a presença de estereótipos linguísticos. Dessa forma, este estudo visa contribuir para o campo da linguística, oferecendo uma análise crítica das práticas na cobertura jornalística das causas indígenas.

Dessa forma, a análise linguística proposta neste estudo desempenha um papel fundamental na desvelação das nuances discursivas que permeiam a cobertura jornalística das causas indígenas. Compreender a escolha vocabular e os padrões linguísticos utilizados na narrativa jornalística é essencial para desentranhar os estereótipos que podem perpetuar desigualdades, distorcer percepções e influenciar a opinião pública. A linguagem não é meramente um veículo de informação; é um

construtor ativo de significados e ideologias. Ao analisar criticamente a linguagem empregada, podemos identificar tendências linguísticas que revelam preconceitos subjacentes, representações estigmatizantes ou, inversamente, esforços para promover uma compreensão mais justa e inclusiva.

Em suma, a importância desta análise reside na capacidade de promover uma comunicação mais consciente, destacando o papel da linguagem na construção de pontes entre diferentes perspectivas e na promoção de diálogos mais informados sobre as complexas questões envolvendo as comunidades indígenas.

Estudos Críticos do Discurso

Ao produzir um texto, principalmente um texto crítico, como a resenha, segue-se a ordem do discurso que provém de estudos foucaultianos. Nesta perspectiva, Foucault (1971) salienta que as ordens do discurso se constroem em regras e exigências que qualificam um discurso e o autorizam, de certa forma. A ordem do discurso é arbitrária e pertence a um sujeito historicamente inserido, por isso, segue as normas de uma estrutura social e de ordem social a que ele pertence. Isso significa dizer que a base que fundamenta um discurso de uma determinada época com suas regras, conceitos e verdades, pode ser distinta de outras épocas.

Ao passo que um sujeito, ao proferir, ou escrever, um discurso que em outra época pode ser concebido como problemático ou errado, em sua época seu discurso pode ser legitimado e estar imbuído de verdade.

Em síntese, a linguagem pode ser utilizada em todos os âmbitos sociais, políticos, ou como é o caso, jornalísticos. Notavelmente, pode-se analisar discursos que circulam a realidade social pelo prisma da construção da estrutura social como foi originada e como segue atualmente. Com isso, o objeto de análise, a resenha crítica sobre a obra “História da resistência indígena: 500 anos de luta” é uma reprodução de uma ordem social que visa contestar o discurso dominante. Isso é, senão, a linguagem sendo estabelecida como uma relação assimétrica de poder, em que há, sem dúvidas, a resistência quanto à estrutura social que inferioriza a camada indígena brasileira.

Além disso, a prática social que é demarcada também através das mídias e jornais em circulação, é pautada sob a apreensão destas que são efetivadas via gêneros discursivos. Isso porque “qualquer signo ideológico não é apenas um reflexo, uma

sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade” (Volóchinov, 2018, p. 94).

Antes de explorar as diversas facetas de gêneros, é crucial compreender o conceito de gênero textual. Conforme Marcuschi (2002), dentro do estudo do termo não há um consenso que delimite de forma fixa o que são gêneros textuais e discursivos.

Dessa forma, os gêneros discursivos, anteriormente nas teorias linguísticas, eram classificados de maneira simplista, segundo Bawarshi *et al* (2013). Em contrapartida, mais do que gêneros textuais que são categorizados pelas suas características textuais, é possível examiná-los em seus contextos reais e suas implicações sobre o mundo. Os gêneros, assim, podem ser classificados, em uma abordagem crítica da língua, como “formas de conhecimento cultural que emolduram e medeiam conceitualmente a maneira que entendemos e agimos tipicamente em diversas situações” (Bawarshi *et al*, 2013, p. 16).

Dessa maneira, as ideias de gênero com os elementos essenciais como língua, linguagem, discurso e enunciação estão sempre ligados de forma intrínseca às discussões do Círculo de Bakhtin. Assim, os pensadores do grupo russo compreendiam a utilização da língua indo além do código, de signos e significados, mas sim uma imanência que, a partir desse ponto, começa-se a compreender os gêneros do discurso.

Assim, é possível inferir, sob a perspectiva de gêneros do discurso de Bakhtin, que todas as manifestações discursivas do sujeito, independente dos campos de atividade humana, são materializados na forma de enunciados. Eles são, senão, forças que regulam o ato da linguagem e o sentido do discurso. E, ainda, estão condicionados às regras estruturais da sociedade, que são mutáveis.

Ademais, cada contexto demanda características relativas de algum tipo de gênero discursivo e conforme surgem novas esferas – ou elas se desenvolvem com o tempo – novos gêneros do discurso com suas próprias finalidades aparecem na mesma medida (Bakhtin, 2011). Neste sentido, Fiorin (2018, p. 61) corrobora que neste pensamento bakhtiniano “o ponto de partida é o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas”.

Além disso, o estudo da natureza de um enunciado auxilia no processo de formação histórica desse, a depender, também, do campo de atividade humana que determinado gênero discursivo é empregado (Bakhtin, 2011). A falta dessa análise pode

resultar em um “formalismo e uma abstração exagerada, [e, também,] deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida” (Bakhtin, 2011, p. 265).

Em suma, o uso do termo *discurso*, neste artigo, se dá através da teoria social de Fairclough (2001), em que considera a relação entre discurso-poder, bem como o lugar constitutivo do discurso dentro da mudança social. Apesar de Foucault (1971) delimitar apenas as análises discursivas das ciências humanas, Fairclough (2001) considera todo e qualquer discurso, independente da esfera em que o enunciado se localiza. Desse modo, através dos Estudos Críticos e da Análise Textualmente Orientada, de Fairclough (2001), é possível compreender o uso social da linguagem como um momento de práticas presente em todos os níveis da vida social, assim, configura-se como um modo de ação historicamente situado, por meio do qual os sujeitos interagem e podem agir sobre o mundo e sobre outrem.

A Valoração da Palavra no Discurso

A partir dos estudos da linguagem do Círculo de Bakhtin, nasce o conceito utilizado em muitas outras teorias: a valoração. A valoração de um signo está intimamente conectada a compreensão do discurso, materializado em enunciado, que reflete e refrata a ideologia, isto é, a linguagem é imbuída de verdades atribuídas aos conceitos ideológicos que a cercam.

Dessa maneira, para Fairclough (2001), o discurso não é fonte do social, porém é socialmente constitutivo, ou seja, o discurso não é somente um reflexo da realidade, mas a valoração do que existe, construindo e constituindo os significados dessa realidade para cada indivíduo e para cada coletividade. Assim, este se faz a partir de uma prática social que já está estabelecida dentro das estruturas sociais concretas.

Com isso, apreende-se com Barros (2003), a partir da concepção bakhtiniana, que a língua não é neutra, cada signo carrega uma relação de valor. Por exemplo, duas classes sociais diferentes podem se utilizar de um mesmo sistema linguístico e produzir discursos completamente contrários. Isso porque “todo signo ideológico, inclusive o signo verbal, é determinado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social” (Volóchinov, 2018, P. 110). Isto é, os sujeitos sociais podem utilizar a mesma língua,

porém existe, dependendo de suas condições de produção, uma ênfase valorativa que nos signos ideológicos se entrecruzam (Volóchinov, 2018).

Dessa forma, Barros (2003) afirma que a escolha das palavras usadas no discurso de um falante não é feita pelo dicionário, mas sim pelo seu interlocutor, pelo seu julgamento de valor, como se as palavras fossem todas saturadas desta valoração. Isso inclui os redatores do jornal “Porantim”, que escrevem com a finalidade de chegar aos apoiadores da causa indígena, uma vez que a linguagem constitui a esfera jornalística, bem como todas as demais ordens de discurso da sociedade.

IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL ABRANGENTE

O discurso é influenciado por algo mais do que a mera vontade do interlocutor. Observa-se frequentemente situações em que o discurso é adaptado de acordo com as necessidades ideológicas. Essa construção, por vezes sutil, oculta a base do discurso, como evidenciado no debate sobre as "atrocidades" cometidas por regimes autoritários. Esse debate muitas vezes leva a uma percepção equivocada, fazendo com que a maioria das pessoas acredite que apenas esses regimes são responsáveis por tais crimes, enquanto os crimes cometidos por democracias liberais são frequentemente ocultados ou justificados ideologicamente³.

Ao invés de desfrutar da liberdade para relatar os eventos, a mídia é frequentemente restringida pela influência do capital. Além da dominação exercida por grandes empresas e/ou famílias nos meios de comunicação tradicionais, os novos meios de comunicação, embora possam parecer livres, muitas vezes se tornam veículos para propaganda e extremismos. O que se verifica é o domínio de grandes corporações e conglomerados multinacionais sobre os meios de comunicação de maneira abrangente.

O conceito de ideologia foi inicialmente utilizado por Destutt De Tracy, um filósofo francês, em 1796, seu objetivo era descrever sua teoria sobre uma ciência sistematizada na organização das ideias e sensações, para o filósofo, as coisas não podem ser reconhecidas por elas mesmas, apenas por ideias formadas das sensações que o sujeito tem delas. (Thompson, 1995).

Essa “Ciência das Ideias” encabeçada por De Tracy era mais para estabelecer, de certa forma, a regulação da sociedade, para que o indivíduo encontrasse respostas

³ Cf. CHOMSKY, 2017, p. 45-60.

para sua existência. Seu método tinha o intuito de auxiliar nos estudos da compreensão do homem, de tal forma que essa compreensão cominasse na reestruturação da ordem social e política.

Thompson (1995) explica que De Tracy baseou seu estudo de sua fé iluminista, inspirando-se em Condillac e Bacon. Sua principal estratégia estava em tornar concreto o termo de ideologia a ponto de colocar as ciências morais e políticas em um nível acima de erros e preconceitos, que se dava na época em que vivia.

Apesar de zombar da concepção de ideologia formada por De Tracy, Napoleão apoiou-se em vários fundamentos da teoria do filósofo francês, Thompson (1995) explana que as ideias republicanas dos apoiadores do Iluminismo deixaram Napoleão desconfortável e para que essa ideias não fossem levadas a diante pela população, Napoleão as ridicularizou e chamou os estudos de De Tracy e seus apoiadores de uma doutrina abstrata e especulativa, de forma que, esta não poderia casar com a realidade do poder político. Gradualmente, o conceito foi sendo minimizado, sua concepção digna deu lugar a um conceito constituído por ideias ilusórias, abstratas e desprezíveis.

Há nesse período a dicotomia de um termo que nasceu, originalmente, como parte de uma tentativa de disseminar e desenvolver as ideias iluministas conectadas essencialmente à luta social e política no contexto social da época; para um conceito desprezado e ridicularizado.

Thompson (1995) divide as concepções de ideologia nas obras de Marx em três, por acreditar que sua perspectiva é ambígua, citando sua obra *Ideologia Alemã*, Thompson (1995) sugere que Marx seguiu o conceito próximo a Napoleão, assim como Napoleão ridicularizou o termo pela concepção iluminista de De Tracy, Marx o fez por conta da visão hegeliana de ideologia. Marx, juntamente com Engels, descreveram sobre as visões dos jovens hegelianos a fim de desacreditá-las. Neste sentido, no título *Ideologia Alemã*, o termo ideologia é com sentido negativo, as doutrinas hegelianas são tidas como ideológicas a fim de desmontá-las. Thompson (1995, p. 49) descreve a ideologia nesse contexto como:

uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica.

A segunda concepção estudada por Thompson (1995) é o que ele chama de “epifenomênica” que se relaciona a ideologia e a consciência de classe. Essa concepção seria por ela derivar de condições socioeconômicas, de relações de classe e de produções de classe. Seria uma sistematização que expressa o pensamento da classe dominante, burguesa, mas que simulasse uma representatividade das relações de classe, isto é, os interesses da classe dominante são articulados de forma que continuem garantindo e mantendo sua posição de dominação, criando um simulacro para que as demais classes de forma defensável em que essa representação nada mais é do que para um bem geral da sociedade.

A questão que Marx responde com maestria é que são utilizados de artifícios diversos para que esse simulacro seja intransponível. Elementos como crença religiosa, laços sentimentais são utilizados de tal maneira em que escondem os processos de exploração e dominação e os tornam processos de dever, honra e dignidade humana.

Thompson (1995) defende que o capitalismo moderno pode ter trazido condições e instrumentos para que classes não-dominantes tenham acesso a conhecimentos e experiências que dêem capacidade para tornarem-se classes revolucionárias em busca de uma mudança social e uma ruptura na ideologia dominante. Neste sentido, continua afirmando que essas classes podem ter o poder de tomar o lugar da classe dominante e, ainda, se quiserem, eliminarem as classes de maneira completa. Deste modo, para Thompson (1995) e na perspectiva de Marx, seria inevitável a vitória do proletariado e a morte da ideologia burguesa, e tendo assegurado isso tudo pelo próprio movimento da história, assim a classe proletária ascenderá em uma nova era.

A terceira, e última, classificação de Thompson (1995) sobre os conceitos de ideologia marxistas, é chamada de concepção latente. Definida, dessa forma, em um sistema de representações que são utilizadas para sustentar relações de dominação já existentes nas relações de classe, retomando sempre o passado e não orientando-se em visão ao futuro. Ou ainda, representações que busquem desviar a mudança coletiva social e continue mantendo a dominação do modo que está.

Neste caso, a concepção latente constitui uma representação dada de forma simbólica para estabelecer ou sustentar relações de dominação, e essas representações, na visão de Thompson (1995) não podem ser apagadas com o movimento cíclico da

história e com a evolução das sociedades, esses símbolos perpassam gerações e são reproduzidos e mantidos como uma base de ordem social. Isso, para Thompson (1995), seria um processo de conservação social.

Thompson (1995) tem a percepção do termo ideologia como inerentemente negativo, critica as literaturas que se utilizam do termo de forma neutralizada e generalizada. Cita, ainda, Lênin com o termo *ideologia socialista* que de certa forma queria fazer uma oposição a ideologia burguesa, pois para Lênin enquanto o proletariado não tivesse sua própria ideologia, ficaria preso a da burguesia e se preocuparia apenas com reformas parciais e não com uma luta total contra a exploração da classe.

A crítica de Thompson (1995) à neutralização do termo ideologia é porque esse é utilizado como estratégia de expressar e promover interesses das classes engajadas em algum conflito, eliminando, assim, o caráter assimétrico da concepção de ideologia em Marx. Todavia, Thompson (1995) admite as ambiguidades nas interpretações dos escritos de Marx, pois seus comentários a respeito de ideologia são elusivos e fragmentários, seus escritos partem de pressupostos especulativos e, de certa forma, questionáveis, dando margem para outras várias especulações acerca de suas concepções, seria ingenuidade impor uma visão concreta e imutável em relação às concepções marxistas num sentido amplo.

Nesse sentido de generalização do termo, Mannheim em *Ideologia e Utopia* o conferiu um caráter neutro para ideologia, isso porque, como comenta Thompson (1995), Mannheim tinha o intuito de criar um método interpretativo para estudar o pensamento de forma a entender esse pensamento em seu espaço social devidamente situado, i.e., entender e estudar as condições sociais que são intrínsecas ao pensamento.

Para dar conta de abarcar diferentes sentidos e concepções do termo de ideologia, Mannheim, citado por Thompson (1995), nomeia duas concepções para serem utilizadas de formas distintas, a primeira ele dá o nome de concepção particular de ideologia que “permanece no nível de disfarces mais ou menos conscientes, de enganos e mentiras” (Thompson, 1995, p. 66); e a concepção total de ideologia que consiste em uma cosmovisão de um período ou grupo social, tendo como resultado da situação de vida coletiva, i.e., sistemas coletivos que são diretamente conectados aos contextos sociais situados.

A Criticidade da Ideologia em Thompson

Na concepção crítica de ideologia, formulada por Thompson (1995), o termo é imbuído de um sentido ilusório ou enganador ou parcial, os fundamentos que tornam esse caráter negativo são chamados por Thompson (1995) de *critérios de negatividade*.

O objetivo de Thompson (1995) em estudar a ideologia sob seu aspecto crítico é para que exista a compreensão de como se constituem as representações simbólicas e como estas permeiam nas relações de poder, assim “estudar a ideologia é estudar as maneiras como sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 1995, p. 76). Para que isso seja possível, é necessário compreender como os fenômenos simbólicos são utilizados para constituir uma ideologia e se estes são realmente fenômenos ideológicos, fazendo isso sob a análise da ideologia, do contexto sócio-histórico e se estes podem – ou não – sustentar e/ou estabelecer relações de dominação.

A base do autor para estabelecer toda sua teoria é retirado da concepção latente de Marx, com isso o termo ideologia se mantém sob seu aspecto inerentemente negativo e a sustentação de relações de dominação é mantida como uma característica essencial e definidora de ideologia. A análise de Thompson (1995) é sistemática, de forma que focaliza fenômenos simbólicos – e a distinção do que não são fenômenos ideológicos – e como estes operam na sustentação da ideologia.

Desta maneira, o sociólogo norte-americano aponta que erro e ilusão não são características exclusivamente da ideologia, mas são partes constituintes do termo, de forma que devem ser analisadas como tendo um sentido falso, a verdade através das representações simbólicas não está em foco nessa análise proposta, interessa saber apenas como elas servem para sustentar as relações de poder e dominação no âmbito social.

Assim, essa teoria supramencionada é mais ampla do que a marxista, que compreendia, originalmente, estabelecer as relações de dominação de classe, com as desigualdades latentes nas sociedades capitalistas, porém é necessário compreender que esta é apenas uma forma de subordinação da ideologia, ainda há muitas outras formas de dominação que são negligenciadas por Marx em seus escritos, como desigualdades de gênero, raça, etnia, etc. Há, em certo ponto, uma ingenuidade marxista em pressupor

que apenas com a libertação de classes econômicas abriria uma saída para a transformação e libertação das estruturas sociais de toda e qualquer dominação, conforme denuncia Thompson (1995).

A análise da noção de sentidos dos fenômenos simbólicos que estão abarcados dentro dos contextos sociais e circulando por eles é definida pelas ações, falas, imagens, textos que são (re)produzidos por sujeitos e, ainda, reconhecidos por eles e por outros como construtos significativos.

As formas simbólicas que Thompson (1995) se refere são constituintes do discurso do sujeito, estas podem ser linguísticas ou não linguísticas – ou até quase-não-linguísticas – como imagens visuais, construções que abarcam imagens e palavras. As formas simbólicas também detêm um caráter significativo que podem ter vários aspectos, como intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Assim, a exposição de cada sujeito em seu contexto social e sua posição social é definitivo para entender e compreender qual o seu grau de poder e como ele utiliza dessas formas simbólicas. Essa sua posição social lhe dá um aspecto de capacidade – ou incapacidade – numa relação de poder e dominação, para tomar decisões ou impor seus interesses. Esse poder é dado ao sujeito de forma social ou institucional.

Dominação, conceituada por Thompson (1995), é quando existe uma relação sistematicamente assimétrica, ou seja, a posição social de um sujeito lhe imbuí de um poder sobre outros sujeitos que estão fora dessa posição social. Esse poder pode ser permanente, com grau significativo, e pode impor seus interesses de forma prioritária sobre os outros.

Desta forma, Thompson (1995) prossegue seu estudo e sistematiza de forma organizada modos operacionais gerais da ideologia que constroem estratégias no âmbito simbólico e servem para garantir e manter uma relação de dominação e subordinação. O autor lembra que nenhuma das estratégias são exclusivamente ideológicas, porém sua construção depende como é sua utilização e o porquê está inserida sob as circunstâncias que está; depende, também, se essa forma está sendo utilizada para manter alguém em subordinação, ou estabelecer essa relação de domínio.

Além da Superfície: Explorando as Dimensões da Resenha Crítica

Para que se defina o gênero textual resenha crítica, gênero do texto escolhido para a análise do presente artigo, é importante conhecer o conceito de gênero dentro do âmbito da Linguística. Assim, conforme Bazerman (2020, p. 49), “as formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras emergem como gêneros”. Isso significa dizer que existe um padrão em situações que se repetem no cotidiano que os indivíduos tendem a apresentar um mesmo comportamento. Nesse cenário, o processo de enunciação também se padroniza e acontece o que Bazerman (2020) nomeia de tipificação.

Nesse sentido, a definição de gênero é feita através da identificação de padrões textuais que acontecem seguindo as expectativas dos interlocutores. A importância da identificação do gênero textual é grande, pois com ela é possível interpretar e atribuir sentidos aos textos.

Além disso, um jornal, como o analisado, possui um sistema de gêneros que fazem parte de toda a sua publicação, isto é, os muitos “conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (Bazerman, 2020, p. 54). Dessa forma, esse meio jornalístico possui diversos gêneros textuais que juntos formam a edição final. A escolhida para a análise é do gênero textual resenha crítica.

Ao verificar resenhas críticas e resumos em geral, Seixas (2019) demonstra que Beacco e Darot identificaram três tipos de operações discursivas diferentes que são realizadas pelo enunciador: i. descrição; ii. apreciação; e iii. interpretação. A ocorrência dessas operações pode orientar a distinção entre diferentes tipos. A descrição de um romance, por exemplo, concentra-se no tema e no conteúdo, podendo preservar ou reorganizar a estrutura básica desse conteúdo.

No que se refere às características linguísticas, nota-se o predomínio da asserção, o uso da conjugação dos verbos em 3ª pessoa e a impessoalidade quanto aos parâmetros da situação de comunicação. Com isso, não há marcas do sujeito enunciador ou do destinatário. Além disso, Marques de Melo mapeou, em 1985, os gêneros textuais utilizados na esfera jornalística que classificou a resenha como um texto opinativo, juntamente com o editorial, artigo, crônica, caricatura, carta, comentário e coluna.

No Brasil, o conceito de resenha mais utilizado é o de Marques de Melo (1994, p. 125) em que salienta que “o gênero jornalístico que se convencionou chamar de resenha corresponde a uma apreciação das obras-de-arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores ou consumidores”. Sob esse viés, o autor aborda dois pontos cruciais: i. situa a resenha no âmbito jornalístico; e ii. identifica uma de suas finalidades, que é a orientação. Visto isso, é possível perceber que a resenha, dentro da esfera jornalística, é explorada principalmente em termos de função na composição. Assim, a crítica, que vem da resenha, define e caracteriza as produções jornalísticas.

O termo resenha ainda não se generalizou no Brasil, persistindo o emprego da palavra *crítica* para significar as unidades jornalísticas que cumprem aquela função e *crítico* para designar quem as elabora” (MARQUES DE MELO, 1994, p. 126).

Esse hábito de chamar de ‘resenha crítica’ no Brasil, remonta às origens relacionadas à crítica literária e persiste na cultura jornalística. A palavra *crítica* carrega uma conotação simbólica que preserva e incorpora um sentido de “legitimidade cultural” (Bourdieu, 2007, p. 155).

Dessa forma, Seixas (2019) afirma que o desenvolvimento do gênero jornalístico aconteceu em conjunto com as modificações socioeconômicas sofridas pelo mundo. Isto é, os escritores de livros, por exemplo, começaram a escrever para o público, pensando em como a obra deveria ser, antes de mais nada, comercial e, com isso, os jornais viram a necessidade de repassar informações mais sólidas sobre livros. A pesquisadora ainda salienta “considera-se que a crítica literária não se submete às demarcações do tempo para a sua construção. A resenha, sim” (Seixas, 2019, p. 136).

Apesar de Seixas (2019) confirmar que a resenha jornalística tem suas raízes pautadas na crítica literária, ela aponta que a diferença entre os dois gêneros está na relação com o tempo: “a produção da crítica literária não está atrelada ao tempo presente, pois não depende constitutivamente do campo no qual o presente é fundamental” (Seixas, 2019, p. 137), já a resenha se liga com a atualidade, com o presente, e é dele que ela transmite as informações com a finalidade de descrever, orientar o público do jornal a respeito dos livros contemporâneos.

Em suma, a resenha crítica é uma prática da atualidade comum no campo jornalístico. Ainda que suas concepções não sejam totalmente esclarecidas pelos estudos jornalísticos até o momento, ela aparece nas seções de cultura na maioria dos jornais.

Do Início ao Presente: a História Viva do Jornal Porantim

O jornal “Porantim” foi criado em 1979, em Brasília, DF, no contexto da Ditadura Militar e sempre foi editado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O significado do termo, na língua indígena Sarré-Mawé é remo, arma, memória. O jornal, voltado às causas indígenas, conta, até a confecção deste artigo, com 455 edições. O jornal que tem sua versão impressa, também conta com a versão em pdf, disponível em site próprio⁴. Essa edição tem como capa um indígena segurando um livro da Constituição Federal.

O editorial dessa edição tem como título “Ataque do congresso aos direitos indígenas afronta a Constituição”, condena o retrocesso ao longo do texto e, ainda, reitera a solidariedade ao movimento indígena no episódio da aprovação, com urgência, do PL 490, que trata a demarcação das terras indígenas.

O início da história do periódico ocorreu num contexto de destruição de muitas aldeias indígenas a partir da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230). Ainda, nesse mesmo período tramitava o projeto de lei nº 2.328, que determinava o Estatuto do Índio. O CIMI nasceu nesta época, na luta pelos direitos dos indígenas, principalmente em relação as suas terras que estavam sendo desmanteladas.

Em seu primeiro boletim, o CIMI deixou claro no capítulo 1. Art. 1º de seu Regimento Interno o seu propósito em razão das causas indígenas, conforme se vê em:

1.Promovendo Pastoral indígena. 2 Desenvolvendo formação teológica, antropologia e técnica dos missionários por meio de cursos periódicos. 3 Conscientizando o povo brasileiro a respeito da causa indígena. 4 Estabelecendo o relacionamento das missões indígenas com a CNBB, os órgãos governamentais mormente com a Funai, e com missões de outros credos religiosos. 5 Assessorando juridicamente os missionários na defesa e patrimonio indígenas. 6 Planejando, em entendimento com a CNBB a realização de outros Encontros de Estudos sobre Pastoral indígena. (Regimento interno do CIMI, 1972, p. 2)

⁴ C.f. <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>

A instituição que o CIMI é veiculado pertence a instância máxima da igreja católica no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em seu site oficial, a CNBB tem como finalidade:

Dinamizar a própria missão evangelizadora para melhor promover a vida eclesial e responder de modo mais eficaz aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias (cf. cân. 477), realizando evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa e fraterna, sendo “espaço de discernimento solidário” (cf. *Apostolorum Successores*, n. 28; Documento de Aparecida, n. 181), a caminho do Reino definitivo.⁵

Assim, a segunda edição do “Porantim”, chamado de Boletim Informativo de missionários e índios CNBB – CIMI – Norte I, apareceu com seu editorial traçando seu objetivo a partir dali. Como é possível verificar em:

Este jornal quer ser porta-voz dos anseios e esperanças dos índios desta Amazônia e suas bases missionária que atuam junto a eles, este segundo número tem como tema principal a Terra. Os indígenas reunidos em São Marcos em sua XI de chefes acham que a terra é o maior problema e o assunto principal. O mais grave e vital, chegando colocar em segundo lugar os problemas da saúde e educação. Continuando nosso objetivo de ser um elo entre missionário distante e disperso, oferecemos um segundo suplemento de subsídios missionários, continuando o assunto de educação belingue. (Jornal Porantim, 1978, nº 2, p. 1)

Anteriormente, o aspecto do periódico era de Boletim Informativo, porém a partir de junho de 1979 o subtítulo foi substituído por: “Em defesa da causa indígena” (Jornal Porantim, 1978, n. 2, p. 1).

⁵ Cf. <https://www.cnbb.org.br/cnbb/>



A Identidade da Análise: Estabelecendo o Objeto De Estudo

A abordagem desse artigo tomou como objeto central de análise o discurso materializado em texto do jornal “Porantim”, na edição nº 455, de maio de 2023, na seção “Preservando a história”, página 04. O texto em questão é uma resenha crítica do livro de Benedito Preziosi: “História da resistência indígena: 500 anos de luta”. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é de analisar a forma em que a crítica se dá através das linhas desse texto, com análises de discurso partindo dos Estudos Críticos do Discurso.

Neste sentido, a resenha analisada não é assinada por um crítico em específico, isso leva a crer que a opinião é do jornal “Porantim”, e não individual. Em termos

textuais, o texto é dividido em sete parágrafos, o primeiro é expositivo e informa sobre o nome do livro, editora, informações sobre a edição resenhada e ano de publicação.

Ao longo dos parágrafos, é notável a subjetividade sobre a obra resenhada. O autor utiliza-se de palavras com valoração, como por exemplo, “o livro de Benedito Preziosi lança luz sobre um aspecto frequentemente *negligenciado* da história do nosso país: os povos indígenas como personagens *ofuscados* por narrativas dominantes ao longo dos séculos” (grifo nosso), o que se faz comum nesse gênero textual.

Além disso, nessa seção do jornal, a imagem da capa do livro resenhado aparece ao meio da resenha, ilustrando o texto. A capa conta com um indígena segurando o que parece ser uma flecha, que aparece apenas pela metade. Ao lado da resenha, há uma foto do autor, Benedito Preziosi, e abaixo uma pequena biografia, que informa seu currículo e seus escritos, além da obra resenhada.

Análise Crítica

A resenha crítica escrita na seção do Jornal Porantim reflete claramente uma perspectiva ideológica que busca reverter o apagamento histórico dos povos indígenas, apresentando-os como personagens principais de uma narrativa que foi muitas vezes marginalizada. A ideologia subjacente parece ser a de valorizar as lutas e resistências desses povos contra a colonização e a exploração, como pode ser visto em:

Preziosi, com sua dedicação e formação acadêmica voltadas para os povos indígenas, oferece uma valiosa perspectiva para compreendermos a verdadeira história e a incessante luta desses povos diante das adversidades (Porantim, 2023, p. 04)

Ademais, há a crítica quando o autor da resenha comenta sobre a história oficial do Brasil, argumentando que os povos indígenas foram frequentemente apagados ou negligenciados nas narrativas dominantes. O texto sugere que os indígenas foram vistos como “obstáculos ao progresso” e isso destaca uma criticidade em relação à perspectiva hegemônica que muitas vezes relegou os indígenas papéis secundários, nas obras e, principalmente, na construção da história nacional.

Ao mencionar, ainda, que as terras indígenas continuam sendo invadidas e que os indígenas continuam enfrentando o preconceito enraizado na sociedade, a resenha ressalta a atualidade das questões abordadas, isso porque a causa indígena tem sido cada

vez mais lembrada, apesar de ainda existir muitos desafios. Não é apenas, então, uma reflexão histórica, mas sim uma chamada de atenção para problemas sociais persistentes que demandam consciência e ação por parte da sociedade.

Assim, as narrativas desempenham um papel muito significativo na memória coletiva, sendo elementos fundamentais nas redes de conhecimento que proporcionam sentido. Nesse sentido, em 1822, havia a incessante busca pela identidade nacional brasileira e, por isso, muitas imagens foram criadas a partir do grito da Independência, por Dom Pedro I, que ficaram no imaginário coletivo de toda a sociedade brasileira até os tempos contemporâneos.

Isso significa dizer que as narrativas são veículos que carregam experiências e se expressam tanto na condição oral, como pela tradição escrita ou imagética. Geralmente, os sujeitos organizam as experiências e memórias por meio de narrativas, sendo esta responsável por estruturar a experiência humana.

Sob esse viés, as narrativas indígenas são contadas por não-indígenas. Como é o exemplo da obra resenhada, Benedito Prezia, o autor do livro, é um homem branco, formado em filosofia e que atuou no CMI de 1983 a 1991⁶. Além disso, atua na questão indígena desde a época de atuante no CMI.

A grande problemática é a de que a voz do povo indígenas poucas vezes é levada em consideração ou divulgada. A perspectiva da luta, resistência e negligência indígena é feita pelo prisma do não-indígena, a classe dominante, assim a condição ideológica epifenomênica, de Thompson (1995), é feita a partir de “um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória” (Thompson, 1995, p. 54). Antigamente, as relações de classe eram ligadas a outros princípios, como os de religiosidade, em contrapartida, atualmente, as relações podem aparecer escondidas em sistemas distintos para legitimar a dominação que ainda existe.

Em suma, a preponderância do debate das causas indígenas revela-se inegavelmente crucial, no contexto em questão. Sob essa perspectiva, não se pode subestimar a magnitude da sua relevância, uma vez que suas ramificações transcendem os limites convencionais e permeiam distintos domínios da sociedade. Todavia, a reflexão das questões pertinentes às causas indígenas enseja uma consideração

⁶ Cf. <https://www.livrariamaraca.com.br/produto-tag/benedito-prezia/> Acesso em 13 dez.

essencial: a centralidade da autenticidade e da representatividade na condução desse diálogo. Nesse sentido, sustenta-se a necessidade imperativa de conferir espaço e voz aos próprios sujeitos indígenas no processo de definição e deliberação sobre as causas que impactam suas comunidades.

A autonomia da condução dessa reflexão, quando cedida aos protagonistas indígenas, não apenas respeita a diversidade de perspectivas intrínsecas a cada comunidade, mas também reconhece a legitimidade inerente aos agentes mais diretamente afetados por tais questões. Essa constatação se fundamenta na evidência de que a intervenção de classes dominantes na elaboração da narrativa histórica nacional tem historicamente relevado um expressivo viés discriminatório e uma propensão ao apagamento das experiências desses povos.

Considerações Finais

A linguagem empregada na análise crítica de uma resenha sobre as causas indígenas revela-se de extrema importância, transcendendo simplesmente a transmissão de informações para se tornar uma ferramenta poderosa de conscientização e engajamento social. A escolha cuidadosa das palavras e o tom adotado pelo autor da resenha desempenham um papel vital na construção de uma narrativa que respeite a diversidade cultural, dê voz às comunidades indígenas e sensibilize o leitor para as questões enfrentadas por esses grupos. A utilização de uma linguagem inclusiva e respeitosa não apenas enriquece a compreensão do leitor sobre as causas indígenas, mas também contribui para dismantlar estereótipos prejudiciais e promover uma apreciação mais profunda das ricas tradições e desafios enfrentados por essas comunidades.

Além disso, a linguagem crítica na resenha desempenha o papel de catalisadora para a reflexão e o diálogo construtivo. Ao adotar uma abordagem analítica, a resenha incentiva a consideração de diferentes perspectivas, estimula a crítica construtiva e fomenta a discussão informada sobre as causas indígenas. A clareza na linguagem permite que a resenha atue como uma ponte entre as realidades complexas das comunidades indígenas e a compreensão do público em geral, facilitando a sensibilização e a formação de uma consciência mais ampla sobre as questões enfrentadas por esses povos.

Ademais, a linguagem precisa e persuasiva na resenha crítica desempenha um papel fundamental na mobilização da opinião pública e na promoção de mudanças sociais. Ao apresentar argumentos convincentes e evidências fundamentadas, a resenha não apenas informa, mas também inspira ação. A escolha cuidadosa das palavras, aliada à fundamentação sólida, pode catalisar movimentos de apoio às causas indígenas, incitando a conscientização pública e influenciando políticas que busquem a equidade e o respeito pelos direitos dessas comunidades.

Em última análise, a importância da linguagem na análise crítica de uma resenha sobre as causas indígenas transcende a esfera da informação para se tornar um meio poderoso de transformação social. A linguagem se torna a voz que amplifica as narrativas indígenas, estimula a empatia e motiva a ação coletiva em prol da justiça e do reconhecimento das riquezas culturais desses povos. Em contrapartida, é notável a ausência da voz dos indígenas no que diz respeito aos próprios interesses desse povo, ainda é visível a legitimação apenas das vozes de não-indígenas quando a pauta são causas que não lhes dizem respeito. A importância de se falar sobre é inegável, porém ainda há muito a se percorrer em relação ao problema do apagamento dos povos originários da narrativa nacional.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Bakhtin, M. (2016). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino**, São Paulo: Parábola, 2013.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

SEIXAS, L. CARVALHO, E. Resenha, a crítica do jornal. **Galáxia**, n. 40, jan-abr, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/gal/a/f8LmbHb7SRj7Kyxgf3BNV4K/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 27 nov. 2023

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al.(org.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e posfácio. Brasília: EditoraUnB, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, Petrópolis: Vozes, 1995.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem** (Círculo de Bakhtin). São Paulo: Editora 34, 2018.

Documentos

BOLETIM DO CIMI. Nº 1- Campo Grande MS – 01 de setembro de 1972
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI).
Jornal Porantim

Para Citação:

ÁVILA, Ana Rúbia Delfin e TIBOLA, Gabriela Piovesan Leitão. **Além das Palavras: Análise Linguística da Resenha Crítica “História da Resistência Indígena: 500**



EDIÇÃO 27 - JANEIRO DE 2025
ARTIGO RECEBIDO 10/10/2024
ARTIGO APROVADO ATÉ 11/11/2024

Anos de Luta”, de Benedito Prezia, Publicada no Jornal Porantim, Sobre as Causas Indígenas. In: Web-Revista Discursividade, Estudos Linguísticos, Volume 27, ISSN 1983-6740, Janeiro/2025. Pp. 63-85: Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaeditoraelivraria.com.br>